

“O SOFRIMENTO É OPCIONAL”: UMA ANÁLISE DO USO DO CONCEITO DE RESILIÊNCIA NO TRABALHO NA MÍDIA PARA O GRANDE PÚBLICO

Carlos Manoel Lopes Rodrigues, Claudia Regina Corrêa

Resumo: Constantemente a mídia destinada ao grande público veicula reportagens abordando as mudanças do mercado de trabalho e sobre como enfrentá-las, recorrendo por vezes a conceitos científicos como recurso de legitimação. Neste contexto, o conceito de resiliência no trabalho vem sendo recorrente nestas publicações. Para melhor entendimento do uso do conceito foram analisadas 7 reportagens publicadas entre 2010 e 2013, em sítios de revistas sobre o tema resiliência no trabalho. Os artigos foram submetidos a análise de conteúdo temática, identificando-se 3 temas: ambiente de trabalho, características da resiliência no trabalho e desenvolvimento profissional. Quanto aos resultados destacam-se a naturalização das características de competitividade, instabilidade e de pressão no ambiente de trabalho; e ainda uma tendência a imputar a responsabilidade de desenvolvimento da resiliência ao trabalhador e de culpabilização daqueles que não a apresentam. Observou-se a ausência de crítica às condições de trabalho ou da organização do trabalho.

Palavras-chave: Resiliência; Psicologia do trabalho; Mídia digital; Condições de Trabalho; Reestruturação produtiva.

Abstract: *Constantly the media for the general public conveys news about the changing labor market and how to face them, sometimes using scientific concepts as a legitimation source. In this context, the concept of resilience at work has been recurrent in these publications. To better understand the concept using, 7 news published between 2010 and 2013 in magazines sites on the subject of resilience at work were analyzed. The articles were subjected to thematic content analysis, identifying three themes: work environment, features of the resilience at work and professional development. As for the results we highlight the naturalization of the characteristics of competitiveness, instability and pressure in the workplace; and even a tendency to attribute responsibility for development of resilience to the worker and not the culpability of those who have. We noted the absence of critical working conditions or work organization.*

Keywords: *Resilience; Work Psychology; Digital media; Work Conditions; Productive reorganization.*

Introdução

O mundo do trabalho vem se modificando radicalmente nas últimas décadas na esteira de uma série de inovações tecnológicas e de práticas de gestão que levam os princípios da racionalização, da eficiência e da lucratividade ao extremo, criando um cenário marcado pela pressão, instabilidade e competitividade, que afeta diretamente os trabalhadores em suas práticas laborais e suas vidas.

Este conjunto de práticas, técnicas e tecnologias busca, em última análise intensificar a exploração do trabalho humano em dimensões que o modelo fordista-taylorista não se

aventurava, pois se centrava nas atividades *per se*, ao contrário da tendência contemporânea de atingir as dimensões potencialmente geradoras de valor, isto é “a exploração, de fato, foi reforçada pelo emprego de capacidades humanas (relacionamento, disponibilidade, flexibilidade, envolvimento afetivo, engajamento etc.)” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 277).

Entretanto, apenas o emprego de novos modelos de gestão não garante o acesso as capacidades humanas desejadas, principalmente àquelas que podemos colocar na dimensão da subjetividade, necessitando, portanto de outras formas de aliciamento ou mesmo cooptação dos trabalhadores, que atuem do ponto de vista simbólico, nos termos de Alves (2011), que realize a “captura da subjetividade”, destacando-se neste intento o uso de práticas discursivas que incutam, naturalizem e legitimem a ideologia que baseia estes modelos, por um lado, e leve os trabalhadores a se engajarem no desenvolvimento das capacidades que estes modelos exigem, por outro.

Assim os veículos de comunicação destinados ao grande público assumem papel especial nesta estratégia de mobilização dos trabalhadores no desenvolvimento das capacidades desejáveis pelos modelos de gestão contemporâneos, assumindo-os como próprios - “como efeitos corporificados da sociedade do trabalho (...) exigidos/as em seus atributos de equilibristas para fazerem frente aos desafios desestruturantes da nova ordem do trabalho” (FONSECA, 2002, p. 24), principalmente os atributos que os tornem resistentes a este ambiente adverso que se configura no mundo do trabalho. E neste intento a apropriação de conceitos científicos, por parte da mídia em geral, serve de recurso de legitimação, como por exemplo, o conceito de resiliência no trabalho que tem surgido com certa frequência nos meios de comunicação, como uma capacidade necessária e desejável para os trabalhadores.

Com objetivo de contribuir no entendimento deste cenário, este artigo apresenta a pesquisa exploratória-descritiva, onde se analisou como o conceito de resiliência no trabalho foi utilizado em 15 reportagens publicadas no período de 2010 a 2014 em revistas nacionais destinados ao grande público; optou-se pelo formato digital destas revistas, tendo em vista o incremento do acesso à internet nos últimos anos no Brasil – em 2013 estimava-se um total de 80,9 milhões de usuários brasileiros de internet, sendo que 84% a utilizam para busca de informações (CENTRO DE ESTUDO SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO, 2013).

Segue-se a esta introdução uma breve problematização sobre o uso de conceitos científicos no discurso midiático e uma pequena exposição sobre o conceito de resiliência no trabalho; posteriormente apresenta-se a metodologia de pesquisa adotada, bem como os resultados e sua discussão; e por último as considerações com foco nas limitações e possibilidades de continuidade de estudos.

Mídia e Conceitos Científicos

É inegável a influência e alcance dos meios de comunicação na sociedade contemporânea, influência e alcance estes potencializados, em grande parte, pelo desenvolvimento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), mas também pelas “enormes capacidades de representação das pessoas, da sociedade e da cultura; de produção e reprodução, de construção e reconstrução dos processos sociais e culturais” (SOUSA, 2006, p. 539), em outras palavras, por portar e construir sentidos socialmente partilhados

materializados em práticas discursivas que, como salienta van Dijk (2008) vinculam-se a interesses de grupos e seus membros, constituindo práticas de poder.

Neste sentido, o discurso midiático, diferentemente de outros discursos, não limita-se a um único domínio de saber ou experiência, recorrendo e se apropriando do discurso de saberes distintos que possam legitimar de alguma forma seu próprio discurso, sem no entanto, se limitar, ou mesmo se preocupar, com a exatidão do sentido dado durante ou depois da apropriação:

“A apropriação e a nova tradução por parte do discurso midiático de alguns aspectos dos saberes de outras áreas, especificamente da ciência, tendem a dar naturalidade às pretensões legítimas construídas historicamente pelos atores autorizados desses saberes. A mídia “dilui” o poder do discurso técnico-científico, ela se ancora na ciência como uma instância cultural significativa, com uma abrangência totalizante.” (SERRA; SANTOS, 2003, p. 696)

Especificamente quanto à apropriação de conceitos científicos pela mídia, parece ocorrer em grande parte por um ideal de objetividade e poder explicativo da ciência, já que “cultivamos, ao longo da modernidade, a crença de que a verdade da ciência não comporta versões, dado ser a ciência justamente o método mais perfeito desenvolvido pelo homem para a apreensão da verdade” (TEIXEIRA, 2002, p. 134), afastando assim do público a dúvida e a crítica, pois o discurso se torna pretensamente neutro, “testado e aprovado”. Entretanto, retomando a posição de van Dijk (2008, p.18), este discurso, como todos os outros, pode estar sob controle, e nele incluídos os “conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais” dos que o operaram, possibilitando sua utilização como ferramenta de poder.

Desta forma, o uso de conceitos científicos na grande mídia, surge como estratégia de legitimação do discurso midiático, por vezes, aumentando a possibilidade de exercício de poder por meio deste discurso, seja pela indução de padrões de comportamento, como o encontrado por Serra e Sousa (2003), onde padrões de beleza específicos e práticas alimentares eram veiculados em uma publicação para adolescentes, com suposto aval científico; seja pela justificação de uma situação social específica, por exemplo, naturalização de situações adversas e do sofrimento no trabalho como inerentes ao mundo do trabalho e à experiência humana, como no estudo de Flach et al. (2009) sobre a representação do sofrimento no trabalho em um revista de negócios.

Neste sentido, o discurso midiático relativo ao mundo do trabalho, fortalecido pela apropriação de conceitos científicos e inserido em uma lógica de dominação se inscreve em um conjunto mais amplo de práticas de controle social, com foco na legitimação da competitividade e em estratégias de culpabilização (GUARESCHI, 2013), e de flexibilização do discurso (BERNARDO, 2009).

Resiliência no Trabalho

O conceito de resiliência é originário do estudo das propriedades mecânicas dos materiais em física e engenharia, podendo ser conceituado como a capacidade de certos materiais absorverem energia elástica sob tração e devolvê-la quando após a cessão da tração (OHRING, 1995). O sentido deste conceito, com o tempo e por analogia, foi sendo apropriado por outros campos do saber para se referir a fenômenos diversos que mantinham alguma semelhança com o comportamento destes materiais, incluindo as

noções próprias de cada campo, como por exemplo o acréscimo da noção de adaptação no campo da biologia (SORDI; MANFRO; HAUCK, 2011).

No campo da psicologia o conceito de resiliência pode ter as raízes observadas já nas teorias clássicas da psicanálise e da psicologia do desenvolvimento, mesmo que não explicitamente nomeado como tal (SORDI; MANFRO; HAUCK, 2011). Paulatinamente, o conceito de resiliência ocupou o espaço dos conceitos de invencibilidade e invulnerabilidade, inicialmente utilizados nas pesquisas sobre o desenvolvimento da criança, e logo em seguida do adolescente, em condições desfavoráveis buscando identificar os traços de personalidade ou características individuais que constituiriam os sujeitos resilientes (YUNES, 2003).

À esta tendência de identificação de componentes constituintes da resiliência, de inspiração psicométrica, foi-se somando uma tendência de cunho mais interacionista focada na identificação dos fatores de risco e de proteção (SOUZA; CERVENY, 2006; YUNES, 2003; ANGST, 2009). Nesta perspectiva a resiliência é vista como “uma inter-relação complexa entre certas características dos indivíduos e do meio ambiente que os cerca. Resiliência consiste de um balanço entre tensão (isto é, fatores de risco) e habilidade de lutar (isto é, fatores de proteção)” (JOB, 2003, p. 35).

Ressalta-se que os fatores de risco e de proteção podem ser tanto internos quanto externos ao indivíduo, como por exemplo a ausência de uma rede de apoio social pode ser um fator de risco externo para um indivíduo, enquanto a sua presença é um fator protetor, raciocínio equivalente vale para os fatores internos como a autoestima. Estes fatores interagem de forma dinâmica “de modo que a condição resiliente pressupõe equilíbrio entre esses fatores” (RIBEIRO et al., 2011, p. 628).

Shaikh e Kauppi (2010) ao analisarem a “miríade de conceptualizações e interpretações” da resiliência, observam que as várias definições de resiliência não são mutualmente excludentes, apresentando sobreposições que podem dificultar um consenso na área, estes autores optam pela definição unificadora proposta por Ungar (2008) que busca abarcar o contexto integral e transcultural do fenômeno em questão:

“No contexto de exposição à adversidade significativa, seja psicológica, ambiental, ou ambas, a resiliência é tanto a capacidade dos indivíduos para utilizarem a sua maneira os recursos de manutenção da saúde, incluindo a oportunidade para experimentar a sensação de bem-estar, bem como uma situação para a família, a comunidade e a cultura do indivíduo de fornecer esses recursos de saúde e experiências em formas culturalmente significativas.” (UNGAR, 2008, p. 225, tradução nossa)

Analisando a produção científica brasileira de 2000 a 2006, Oliveira et al. (2008) observaram um crescimento do interesse no número de pesquisas sobre o tema, mas ainda mantendo uma diversidade conceitual considerável quanto a uma definição de resiliência:

“Em relação à conceituação do termo resiliência, grande parte dos estudos mostrou que esse termo está relacionado à construção positiva no enfrentamento das adversidades, na capacidade de lidar de maneira positiva buscando a superação, na recuperação através do uso de recursos adaptativos, na noção de sobrevivência e na capacidade potencial para o desenvolvimento da resiliência em maior ou menor grau, fatores que podem tornar um indivíduo mais ou menos vulnerável ao risco e, além disso, na forma como alguns indivíduos conseguem ser resilientes frente às adversidades.” (OLIVEIRA et al., 2008, p. 761)

O desenvolvimento das pesquisas sobre resiliência acarretou em uma ampliação dos contextos estudados, bem como das populações destes estudos, chegando ao estudo da resiliência no mundo do trabalho ao final da década de 1980 (desemprego a partir do período de 1988-1998 e no contexto profissional no período de 1999-2004), mais tardiamente na produção nacional após 1996 (SOUZA; CERVENY, 2006). No tocante a produção brasileira sobre resiliência no trabalho observa-se uma tendência de desenvolvimento de pesquisas em contextos específicos de trabalho, como por exemplo na indústria automotiva (CIMBALISTA, 2007, 2008), indústria eletroeletrônica (JOB, 2003), e na área de saúde (CRUZ, 2009; BELANCIERI et al., 2010; BELANCIERI, 2011).

Neste movimento percebe-se uma tendência de se valorizar a resiliência no trabalho como uma característica necessária para o enfrentamento do contexto de grandes mudanças nas relações e na organização do trabalho, contexto este marcado pela incerteza, a pressão pela produtividade, a precarização, e à intensificação do trabalho (RIBEIRO et al. 2011; CIMBALISTA, 2007). Nesta situação é colocado que a resiliência no trabalho “refere-se à existência – ou a construção – de recursos adaptativos, de forma a preservar a relação saudável entre o ser humano e seu trabalho em um ambiente em transformação, permeado por inúmeras formas de ruptura” (BARLACH; LIMONGI-FRANÇA; MALVEZZI, 2008, p. 104). Mantendo o alinhamento com esta compreensão resiliência no trabalho, Youssef e Luthans (2008) correlacionam características como esperança e otimismo, ressaltando o entendimento da resiliência no trabalho poder ser objeto de ações específicas de treinamento e desenvolvimento, além de ser um atributo mensurável, característica esta desenvolvida e operacionalizada em instrumentos de medida padronizados (CONNOR; DAVIDSON, 2003; LOPES; MARTINS, 2011).

Observa-se que estas formas de conceituar resiliência no trabalho seguem uma tendência muito mais próxima da definição das características do indivíduo ou do comportamento resilientes, apesar da menção a relação com o ambiente e aos fatores de risco e proteção, não avança nesta direção, encobrindo a natureza sócio-histórica do conceito de resiliência que é “impregnado de valores e significados próprios da cultura em que ele se insere” (SOUZA; CERVENY, 2006, p. 124).

Metodologia

Neste estudo foram analisadas 7 reportagens abordando a resiliência no trabalho publicadas entre janeiro de 2010 e junho de 2013, em sítios de revistas destinados ao público em geral. Utilizou-se a metodologia da análise de conteúdo temático-categorial, adotando-se os procedimentos propostos por Oliveira (2008), pela qual identificou-se três temas principais: ambiente de trabalho, características da resiliência no trabalho, e desenvolvimento profissional.

Resultados e Discussão

A análise de conteúdo temática a qual as reportagens foram submetidas indicaram três temas recorrentes: ambiente de trabalho – descrição das configurações contemporâneas do mundo do trabalho que se configuram como desafios ao trabalhador; características da resiliência no trabalho – apresentação do conceito de resiliência no trabalho e seus desdobramentos; e desenvolvimento profissional – onde se foca na possibilidade dos

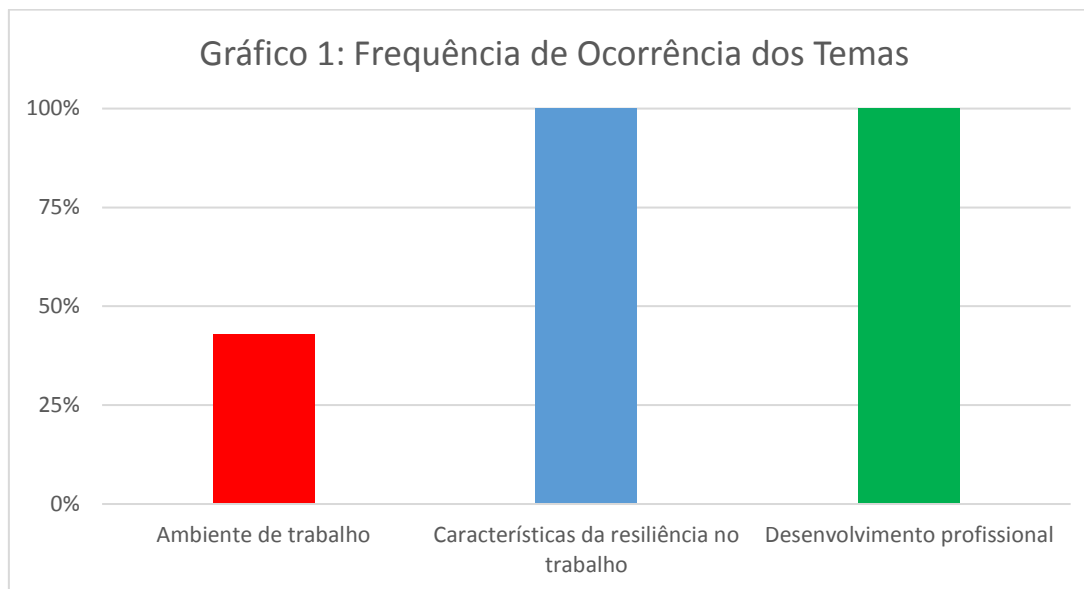
trabalhadores desenvolverem a resiliência no trabalho. Os conteúdos de cada tema estão sintetizados no quadro abaixo:

Quadro 1: Temas Identificados nas Reportagens sobre Resiliência no Trabalho e Síntese dos Respectivos Conteúdos

Temas	Conteúdo
Ambiente de trabalho	Caracterização do ambiente de trabalho: • Competitividade; • Pressão e foco em resultados; • Instabilidade.
Características da resiliência no trabalho	• Conceitualização de resiliência no trabalho; • Características e comportamentos do indivíduo resiliente.
Desenvolvimento profissional	Desenvolvimento da resiliência no trabalho: • Modos de desenvolvimento de comportamentos e hábitos.

Fonte: Autoria própria

Os temas características da resiliência no trabalho e desenvolvimento profissional estão presentes em todas as reportagens analisadas, enquanto o tema ambiente de trabalho aparece em apenas 3 reportagens, fato relevante, pois indica uma possível descontextualização da resiliência em face a um ambiente adverso, ou em uma aceitação tácita da adversidade do mundo do trabalho como natural e não uma construção social engendrada, em grande parte pelo modelo de acumulação de riqueza hegemônico e pelos modelos de gestão que lhe servem de ferramental de produção, geração de lucro e acumulação. A distribuição dos temas pode ser melhor visualizada no Gráfico 1.



Fonte: Autoria própria

A conceitualização de resiliência no trabalho apresentada nas reportagens apresentou uma estrutura similar: primeiro a apresentação da origem do conceito no estudo dos materiais e sua utilização na psicologia, seguindo-se da apresentação de um conceito de resiliência simplificado de superar adversidades e recuperar-se depois, conceito centrado nas características individuais dos trabalhadores, consoante com os

primeiros estudos sobre resiliência em psicologia, o que demonstra uma apropriação parcial do conceito por parte da mídia. Esta apropriação parcial possibilita uma compreensão limitada e tendenciosa sobre o fenômeno, pois ignora os fatores de risco e proteção relacionados à resiliência, a exceção de uma única menção a familiares e amigos como forma de suporte ao indivíduo, além de denotar uma tendência de separação entre resilientes e não resilientes.

Ao descrever as características e comportamentos do indivíduo resiliente no trabalho, as reportagens ressaltam as seguintes características/comportamentos:

- Motivação;
- Equilíbrio e moderação;
- Flexibilidade;
- Bom Relacionamento Interpessoal/Competência Social;
- Produtividade;
- Persistência / Tenacidade;
- Comprometimento/Engajamento no trabalho;
- Liderança;
- Otimismo.

Ante esta lista de atributos necessários para o trabalhador resiliente, faz-se necessário observar que alguns destes atributos são exatamente aqueles desejáveis nos modelos de gestão atuais. Atributos como motivação, flexibilidade, produtividade, comprometimento organizacional e liderança são atributos intimamente ligados ao discurso empresarial, discurso este utilizado como forma de cooptação de trabalhadores na captura de sua subjetividade (ALVES, 2011; BOLTANSKI; CHIAMPELLO, 2009), principalmente ao se perceber que a ideia de sobrevivência e permanência no mercado de trabalho é apresentada em conjunto a estes atributos, retomando a já indicada diferenciação entre resilientes e aqueles que não o são, em consonância com o estudo de Bernardo (2009) que ao analisar a flexibilização do discurso empresarial, salienta que a “ameaça velada do desemprego” permeia este discurso, como alternativa de força, quando a cooptação ideológica não é suficiente.

O estabelecimento de uma diferenciação entre pessoas resilientes e não resilientes, primeiramente apresenta-se como problemática do ponto de vista conceitual, já que em uma acepção mais moderna o indivíduo resiliente não o é em si mesmo, mas em relação com seu meio familiar, social e cultural (UNGAR, 2008); e em segundo lugar por propiciar uma base de legitimação de exclusão dos não aptos, como exposto por Boltanski e Chiampello (2009, p. 267) ao analisarem exclusão no trabalho pelas seleções psicológicas:

“As capacidades de empenho e adaptação (...) essenciais numa lógica de “flexibilidade” que supõe séries de engajamentos e desengajamentos em tarefas variadas e em empregos diferentes, exigem a seleção de pessoas que saibam mostrar-se maleáveis” (Grifos dos Autores)

Fato passível de operacionalização pela criação e validação de instrumentos de medida para o nível de resiliência dos sujeitos (e.g.: CONNOR; DAVIDSON, 2003; LOPES; MARTINS, 2011), transformando a resiliência em mais um requisito nos processos seletivos.

A indicação da possibilidade de desenvolvimento da resiliência no trabalho, por meio de “passos”, “dicas”, “hábitos” – termos encontrados nas reportagens analisadas – reforça o entendimento da resiliência no trabalho como uma característica individual, mas

acrescenta uma outra dimensão que é a da vontade ou motivação do trabalhador em desenvolver a resiliência, novamente ignorando a existência de fatores de risco e de proteção externos ao indivíduo, e colocando sob responsabilidade do próprio trabalhador esse desenvolvimento. Ressalte-se que o discurso midiático não atinge somente os trabalhadores incluídos no sistema de produção, mas potencialmente toda a população de trabalhadores informais e em situação de desemprego.

Ao fornecer um conceito individualista de resiliência no trabalho, ou seja, centrado nos atributos pessoais dos trabalhadores, ao legitimar a exclusão dos que não se adequem ao perfil desejado e ao responsabilizar o trabalhador pelo desenvolvimento da resiliência no trabalho, o discurso midiático possibilita a culpabilização do indivíduo que não resiste ou não se adapta no ambiente laboral adverso e hostil, reforçando o discurso empresarial meritocrático e excludente baseado em (in)competências, à semelhança do que ocorre com o trabalhador que se acidenta (JACQUES; JACQUES, 2009), culpa-se o trabalhador que não demonstra resiliência no trabalho ao mesmo tempo que se exime a organização de minimizar os fatores de risco e maximizar os fatores de proteção.

Resultados semelhantes quanto a responsabilização e culpabilização do trabalhador são apresentados por Flach et al. (2009) que ao analisarem como uma revista brasileira da área de negócios apresenta aos seus leitores a temática do sofrimento no trabalho, encontraram uma tendência geral de colocar o sofrimento “como algo inerente ao ser humano, sendo de sua total responsabilidade a preservação da saúde mental”, sem questionar o papel de gestores e organizações neste cenário, outro ponto comum com as reportagens sobre resiliência no trabalho: a total ausência de menção ao papel dos gestores, administradores, chefias e profissionais de recursos humanos na redução das adversidades no ambiente de trabalho.

Cabe ainda mais uma apreciação sobre o uso do conceito de resiliência no trabalho de forma incompleta nas reportagens analisadas – o repórter age como um tradutor entre o conhecimento científico e o público, traduzindo os conceitos e achados da ciência a partir de sua própria formação, estando ainda submetido a linhas editoriais e políticas de publicação; faz esta tradução atento as conclusões e definições das pesquisas, mas não nas condições de produção destas conclusões e principalmente deixando de mencionar que, via de regra, essas conclusões nas quais se baseia são válidas apenas para o contexto daquele estudo em específico, como indicado por Teixeira (2002, p. 140) as “conclusões de artigos científicos, matéria-prima da maior parte da produção jornalística sobre ciência, aplicam-se estritamente no âmbito daquelas condições estabelecidas”.

Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi analisar o uso do conceito de resiliência no trabalho na mídia destinada ao grande público, tendo por resultado a identificação de algumas características importantes deste uso, como o uso do conceito de uma forma incompleta, com foco nos atributos e comportamentos dos trabalhadores e reproduzindo o discurso empresarial, com a ameaça do desemprego subjacente a este discurso.

Do ponto de vista da subjetividade do trabalhador o que se apresenta é a inserção o uso do conceito de resiliência no trabalho em um conjunto mais amplo de estratégias de dominação e exclusão que Guareschi (2013) denomina de estratégias de culpabilização, que ressaltamos, ao mesmo tempo que culpa e atribui responsabilidade pelo sofrer ao

trabalhador, inocenta o modelo de acumulação de riqueza vigente, os modelos de gestão, as organizações e seus gestores dos efeitos deletérios da exploração dos trabalhadores.

Longe de reivindicar a abolição do uso conceito de resiliência no trabalho como algo nocivo em si, ou mesmo atribuir a totalidade das adversidades no trabalho as formas de gestão, o que expõem-se é o uso parcial de um conceito para legitimar discursos e práticas iníquas e excludentes. O que reivindica é o uso adequado do conceito de resiliência, principalmente na identificação das relações sóciohistóricas de produção da resiliência nos ambientes laborais, possibilitando a intervenção nos fatores de risco e a promoção dos fatores de proteção, subsidiando a ação dos atores interessados na promoção de condições dignas e salubres de trabalho.

A escolha a uma modalidade de mídia, a mídia digital, e a pesquisa apenas em sítios de revistas limitou a análise apresentada a uma única dimensão da mídia, o que limita os resultados a este contexto, necessitando a extensão, no espaço digital a outras formas de veiculação de conteúdo como blogs e redes sociais, e ainda a extensão da mídia impressa tradicional, já que nem sempre o conteúdo das versões impressas está totalmente disponível em formato digital.

Levando em consideração os resultados encontrados e as limitações indicadas, surge a necessidade de extensão da investigação do discurso midiático e sua relação com o discurso científico, especialmente quando dirigidos ao mundo do trabalho, e suas relações com as formas de manutenção de poder.

Referências

ALVES, G.. **Trabalho e Subjetividade**: O espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANGST, R.. Psicologia e Resiliência: uma revisão da literatura. **Psicologia Argumento**, v. 27, n. 58, p. 253-260, 2009.

BARLACH, L.; LIMONGI-FRANÇA, A. C.; MALVEZZI, S.. O conceito de resiliência aplicado ao trabalho nas organizações. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 42, n. 1, p. 101-112. 2008.

BELANCIERI, M. F.. Estresse, resiliência e qualidade de vida dos trabalhadores da área da enfermagem da rede pública de saúde. **Extensão Em Foco**, n. 7, p. 21-30, 2011.

BELANCIERI, M. F.; BELUCI, M. L.; SILVA, D. V. R.; GASPARELO, E. A.. A resiliência em trabalhadores da área da enfermagem. **Estudos de Psicologia**, v. 27, n.2, p. 227-233, 2010.

BERNARDO, M. H.. Flexibilização do discurso de gestão como estratégia para legitimar o poder empresarial na era do toyotismo: uma discussão a partir da vivência de trabalhadores. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.12, n. 1, p. 93-109, 2009.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È.. **O Novo Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CENTRO DE ESTUDO SOBRE AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação no Brasil: TIC Domicílios e Empresas 2012**. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2013.

CIMBALISTA, S.. Subjetividade do trabalhador e o uso da resiliência no cotidiano do trabalho flexibilizado. **Revista da ABET – Brazilian Journal of Labour Studies**, v. 7, n. 1, p. 113-135, 2008.

_____. Condições de trabalho, tecnologia e resiliência no contexto do sistema de acumulação flexível. **Análise Conjuntural**, v. 29, n. 9-10, p. 12-14. 2007.

CONNOR, K. M.; DAVIDSON, J. R.T. Development of a new resilience scale: The Connor-Davidson Resilience Scale (CD-RISC). **Depression and Anxiety**, v. 18, p. 76–82, 2003.

CRUZ, É. J. E. R.. **Resiliência da enfermeira diante da variabilidade do trabalho em terapia intensiva**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Enfermagem, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FLACH, L.; GRISCI, C. L. I.; SILVA, F. M.; MANFREDINI, V.. Sofrimento psíquico no trabalho contemporâneo: analisando uma revista de negócios. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 2, p. 193-202, 2009.

FONSECA, T. M. G.. Modos de trabalhar, modos de subjetivar em tempos de reestruturação produtiva. Em: FONSECA, T. M. G. (Org). **Modos de trabalhar, modos de subjetivar em tempos de reestruturação produtiva**: um estudo de caso. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

GUARESCHI, P. A. Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. Em: SAWAIA, Bader. **As Artimanhas da Exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 13ª edição. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 143-158.

JACQUES, M. G.; JACQUES, C. C.. Acidentes de trabalho e implicações psicossociais: uma discussão introdutória. **Pesquisa e Práticas Psicossociais**, v. 3; n. 2, p. 141-149, 2009.

JOB, F. P. P.. Resiliência na organização: estudo de caso da medição e avaliação da resiliência de indivíduos em uma organização industrial. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas De Sorocaba**, v. 5, n. 1, p. 33-42, 2003.

LOPES, V. R.; MARTINS, M. C. F.. Validação fatorial da Escala de Resiliência Connor-Davidson (Cd-Risc-10) para brasileiros. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**, v. 11, n. 2, p. 36-50, 2011.

OHRING, M.. **Engineering Materials Science**. San Diego: Academic Press, 1995.

OLIVEIRA, D. C.. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista de Enfermagem UERJ**, v.16, n. 4, p. 569-576.

OLIVEIRA, M. A.; REIS, V. L.; ZANELATO, L. S.; NEME, C. M. B.. Resiliência: análise das publicações no período de 2000 a 2006. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 28, n. 4, p. 754-776, 2008.

RIBEIRO, A. C. A.; MATTOS, B. M.; ANTONELLI, C. S.; CANÊO, L. C.; GOULART JUNIOR, E.. Resiliência no trabalho contemporâneo: promoção e/ou desgaste da saúde mental. **Psicologia em Estudo**, v. 16, n. 4, p. 623-633, 2011.

SERRA, G. M. A.; SANTOS, E. M.. Saúde e mídia na construção da obesidade e do corpo perfeito. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 8, n. 3, p. 691-701, 2000

SHAIKH, A.; KAUPPI, C.. Deconstructing resilience: myriad conceptualizations and interpretations. **International Journal of Arts and Sciences**, v. 3, n. 15, p. 155-176, 2010.

SORDI, A. O.; MANFRO; G. G.; HAUCK, S.. O Conceito de Resiliência: Diferentes Olhares. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, v. 1, n. 2, p. 115-132, 2011.

SOUSA, J. P.. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**, 2ª Edição. Porto: BOCC, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/>>. Acessado em: 12 de outubro de 2014.

SOUZA, M. T. S.; CERVENY, C. M. O.. Resiliência psicológica: revisão da literatura e análise da produção científica. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 40, n. 1, p. 119-126, 2006.

TEIXEIRA, M.. Pressupostos do jornalismo de ciência no Brasil. Em: BRITO, Fátima; MASSARANI, Luiza; MOREIRA, Ildeu de Castro. (Orgs.). **Ciência e público**: caminhos da divulgação científica no Brasil. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ, 2002. p. 133-141.

UNGAR, M.. Resilience across Cultures. **British Journal of Social Work**, v. 38, n. 2, p. 218-235, 2008.

VAN DIJK, T. A.. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2008.

YOUSSEF, C. M.; LUTHANS, F.. Positive Organizational Behavior in the Workplace: The Impact of Hope, Optimism, and Resilience. **Journal of Management**, v. 33, n. 5, p. 774-800, 2007.

YUNES, M. Â. M.. Psicologia positiva e resiliência: o foco no indivíduo e na família. **Psicologia em Estudo**, v. 8, p. 75-84, 2003.